



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

LAUDO

1 INTRODUÇÃO

O presente Laudo de Insalubridade e Periculosidade – tem por objetivo dar cumprimento à legislação trabalhista e previdenciária com o intuito de identificar os ambientes insalubres e perigosos.

Este documento contém a descrição qualitativa e quantitativa dos diversos setores de trabalho da empresa, historiando as condições ambientais e os agentes nocivos encontrados, conforme disposto no Decreto 3.048 e suas alterações, Anexos “A” e “B”, Lei 8.213, de 24.07.91, Art. 20, Inciso I.

2 OBJETIVO

O presente Laudo de Insalubridade e Periculosidade foi elaborado por solicitação do estado de Rondônia com o objetivo de realizar a avaliação do setor de lavanderia do **Hospital Regional de Buritis** visando a continuidade do Termo de Referência para licitação do objeto em questão.

Este documento tem como objetivo fundamental subsidiar as decisões e orientações a respeito da insalubridade e periculosidade existente, assim como ser um importante instrumento orientador nas seguintes áreas do empreendimento:

- a) Recursos Humanos: Servindo de parâmetro na elaboração do PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário (IN nº. 99, do INSS);
- b) Segurança do Trabalho: Fornecendo informações importantes para complementar a elaboração e implementação do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos (NR-1), conforme os agentes nocivos que fala o caput do art. 68 do Decreto 3.048, de 06.05.99;
- c) Medicina do Trabalho: Dando subsídios para elaboração e implementação de uma Política de Saúde Ocupacional eficaz, através do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (NR-7);
- d) Adequação e implementação dos adicionais de insalubridade e periculosidade aos empregados/servidores que desenvolvem atividades avaliadas de acordo com a NR 15 e NR 16 da Portaria 3.214/78;

3 EQUIPAMENTOS UTILIZADOS/MÉTODO DE AVALIAÇÃO

Para os riscos físicos, foram avaliados os níveis de ruído. A metodologia utilizada foi a prescrita na NHO-01 – Normas de Higiene Ocupacional da FUNDACENTRO e na NR-15 (dosimetria - ruído ocupacional e decibelimetria – ruído para conforto acústico). Para isso, utilizou-se um dosímetro de ruído da marca Instrutherm, modelo DOS-500, e um calibrador da marca Instrutherm, modelo QC-10, devidamente calibrados. A dosimetria realizada tomou como padrão os Grupos Homogêneos de Exposição – GHE.

Para os riscos biológicos, a avaliação foi do tipo qualitativa, na qual foram registradas as atividades e locais onde os serviços são desenvolvidos. A Norma Regulamentadora 15, em seu anexo 14, descreve as atividades consideradas insalubres.

Nas avaliações dos ambientes de trabalho, foram realizadas conforme o Grupo de Exposição Similar (GES) da Unidade de Saúde, conforme disposto na IN nº 1, de 20 de dezembro de 1995, DOU de 4 de janeiro de 1996, Anexo. O Grupo de Exposição Similar corresponde a um grupo de trabalhadores que estão expostos de forma semelhante. O resultado fornecido pela avaliação da exposição de qualquer trabalhador do grupo será representativo da exposição do restante dos trabalhadores do mesmo grupo.

4 ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRIDADE

São consideradas atividades ou operações insalubres as que são desenvolvidas acima dos limites de tolerância previstos nos anexos da NR-15. O art. 189 e 193 da CLT assim definem estas atividades:

Consideram-se atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos;

Ainda de acordo com a norma regulamentadora NR 15, Limite de tolerância é a concentração máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará danos à saúde do trabalhador durante sua vida laboral.

Segundo o artigo 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para as atividades exercidas acima dos limites de tolerância, previstos nos anexos da NR 15, assegura ao trabalhador a percepção do Adicional de insalubridade, incidente sobre o salário mínimo da região, salvo casos mais benéficos ao trabalhador previstos em acordos coletivos de trabalho. Os percentuais são:

- 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio, e;
- 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

Porém a empresa deverá adotar medidas para minimizar a exposição dos trabalhadores a agentes insalubres e conservar o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância através de medidas administrativas, equipamentos de proteção coletiva e em último caso, cessada todas as outras possibilidades, a adoção do equipamento de proteção individual, respectivamente nesta ordem.

A caracterização do adicional de insalubridade é feita através de Laudo Técnico elaborado por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, devidamente habilitado.

4.1 SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O pagamento do adicional é transitório e será devido ao trabalhador enquanto permanecer exposto aos agentes insalubres, de tal forma que o pagamento do adicional de insalubridade cessará quando as medidas preventivas e de proteção forem implementadas de acordo com a seguinte ordem

de prioridade:

- a) eliminar o fator de risco;
- b) controlar o fator de risco na fonte com a adoção de medidas de controle de engenharia ou medidas organizacionais;
- c) reduzir ao mínimo os fatores de risco através da concepção de sistemas seguros de trabalho que compreendam medidas administrativas de controle; e
- d) se os fatores de risco e riscos residuais não puderem ser controlados por meio de medidas coletivas, o empregador deverá fornecer gratuitamente equipamento de proteção individual apropriado, incluindo vestuário, e adotar medidas que assegurem o uso e a manutenção desses equipamentos.

4.2 ELIMINAÇÃO E NEUTRALIZAÇÃO DO RISCO

A insalubridade significa para fins trabalhistas o pagamento de um adicional ao trabalhador, a fim de que seja compensa-lo pela exposição aos riscos inerentes à atividade.

Por conseguinte, será muito melhor ao trabalhador, ao invés de receber tal adicional, que a empresa consiga, por algum meio, a eliminação a condição insalubre. No entanto a eliminação ou neutralização completa da insalubridade se torna em muitos casos, principalmente quando há contato com materiais biológicos, impossível.

A CLT assim dispõe em seu art. 191, sobre a eliminação ou neutralização de insalubridade:

Art . 191 – A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá:

- I – com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;
- II – com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

Portanto, o legislador admite a existência de riscos nos ambientes de trabalho, prescrevendo, no entanto, a redução da intensidade desses agentes agressivos a níveis compatíveis com os limites de tolerância específicos para cada agente, através da utilização do EPI adequado.

Deve-se enfatizar que, apesar de que os sistemas de proteção coletiva sejam mais racionais e efetivos em soluções para manter as condições salubres de trabalho, em algumas situações específicas somente o uso equipamento de proteção individual evitará a ação agressiva sobre o trabalhador.

A utilização do EPI é recomendado baseando-se no exposição e agente de risco ao qual o trabalhador está submetido. Segue quadro conforme funções encontradas na clínica e os equipamentos de proteção individuais propostos.

5 ATIVIDADES EXERCIDAS

Quadro 01: Descrição das atividades realizadas na lavanderia do Hospital Regional de Buritis, conforme classificação brasileira de ocupações – CBO.

Cargo	CBO	Descrição
Auxiliar de Lavanderia Hospitalar	5163-45	Executam serviços de coleta, lavanderia e passadoria para hospitais. Usam equipamentos e máquinas. Recepcionam, classificam e testam roupas e artefatos para lavar a seco ou com água. Tiram manchas, tingem e dão acabamento em artigos do vestuário; passam roupas. Inspecionam o serviço, embalam e expedem roupas e artefatos.

6 DESCRIÇÃO DOS LOCAIS DE TRABALHO

As atividades da lavanderia são realizadas no interior da unidade hospitalar, a qual possui ambiente com piso em cerâmica e paredes em azulejos. Boas condições de limpeza e higiene.

6.1 COLETA DE ROUPAS

O serviço de recolhimento de roupas está caracterizado em coletar as roupas, vestimentas e enxovais sujos nos variados setores. Estes trabalhadores executam a atividade coletando os materiais que estão depositados nas portas dos setores em *hampers*. Após a coleta encaminha-se a sala de lavagens (área suja).

6.2 SETOR DE RECEBIMENTO E LAVAGEM DE ROUPA SUJA

Este setor é considerado parte da área suja, nele há a lavagem propriamente dita das roupas e enxovais através de equipamento mecânico. As roupas são colocadas manualmente dentro da máquina juntamente com as dosagens de sabão, amaciante e alvejante programadas.

A sala de recebimento e lavagem de roupa suja deve estar separada da sala de processamento de roupa limpa, por uma parede, barreira física, onde está instalada a máquinas de lavar roupas de barreira. A roupa suja é introduzida na máquina através da porta da sala de recebimento e lavagem de roupa suja e é retirada através da porta da máquina instalada na sala de processamento de roupa limpa.

6.3 SALA DE PROCESSAMENTO DE ROUPA LIMPA

Na sala de processamento (área limpa) possui as seguintes atividades:

- a) Recebimento e Centrifugação: as roupas são recebidas através da janela de abertura da máquina e em seguida levadas a máquina de centrifugação. A máquina centrífuga objetiva a extração do excesso de água das roupas já lavadas.
- b) Secagem de roupas: a máquina secadora está disposta no mesmo ambiente e realiza o serviço de secagem mecânica das roupas.
- c) Área de separação, passadoria e dobragem: na mesma área estão disposta mesa e bancada para manuseio das peças de roupa ou máquinas de dobragem. Após a dobragem as roupas são armazenadas em armários dentro do setor.

7 IDENTIFICAÇÃO DE PERIGO E RISCOS AMBIENTAIS

7.1 SETOR LAVANDERIA

Quadro de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos por GES								
SETOR: LAVANDERIA	GES: 01	CARGOS / FUNÇÕES: Auxiliar de Lavanderia Hospitalar						
Tipo de Risco	Agente	Possíveis danos	Padrões Legais	Fonte (s) Geradora (s)	Tipo de exposição	Metodologia/ Técnica Utilizada	Medidas de Controle	
							Existente (s)	Proposta (s)
Físico	Ruído	Perda auditiva induzida por ruído	NR 15	Máquinas e equipamentos em operação.	Habitual e Intermitente	Quantitativo 79dB(A)	-	Utilização de Protetor auditivo quando existir trabalhadores no interior da área suja com máquina em funcionamento
Químico	Produtos químicos em geral	Alergias de contato e problemas respiratórios	NR 15	Produtos de lavagem e higienizantes	Habitual e Intermitente	Qualitativo	Uso de equipamentos de proteção individual.	Palestras e orientações sobre os riscos ambientais. Uso de equipamentos de proteção individual durante o manuseio das roupas.
Biológico	Bactérias, vírus, fungos e protozoários.	Contaminações por microrganismos patogênicos.	NR 15	Roupas e enxovais com sangue, secreções e resíduos humanos não previamente esterilizados advindos de diversos setores	Habitual e Permanente	Qualitativo	Uso de equipamentos de proteção individual.	Palestras e orientações sobre os riscos ambientais. Uso de equipamentos de proteção individual durante o manuseio das roupas.
Ergonômico	Exigência de postura inadequada; esforço físico; levantamento e transporte de peso	Comprometimento de força física e postura para carregamento de objetos e materiais	NR –17.	Transporte de roupas e enxovais em <i>hampers</i> ; colocar e retirar roupas de máquinas e equipamentos	Habitual e Intermitente	Qualitativo	-	Palestras e Orientações sobre ergonomia; disponibilização de cadeiras e apoios;
Acidentes	Objetos perfuro cortantes, e quedas de mesmo nível.	Cortes, perfurações e fraturas	NR 15	Objetos e materiais podem estar dentro de enxovais e roupas sujas.	Habitual e Intermitente	Qualitativo	-	Palestras e orientações sobre os riscos ambientais. Uso de equipamentos de proteção individual durante o manuseio das roupas.

8 CONCLUSÃO

PARECER TÉCNICO - SETOR LAVANDERIA

Na atividade laboral descrita no GES 01, não foi identificada exposição aos riscos físicos e químicos acima do limite de tolerância previsto. Quanto ao risco biológico, há exposição a materiais infectocontagiantes não previamente esterilizados. Desse modo, o setor de lavanderia do Hospital Regional de Buritis faz jus ao adicional de insalubridade em grau médio (20%), devido à exposição aos agentes biológicos conforme a NR 15, anexo 14.

A atividade não faz jus ao adicional de periculosidade por não se enquadrar nos anexos da NR 16 e no Decreto nº 93.412 de 14/10/1985

9 RELAÇÃO DE EPIS RECOMENDADOS

Equipamento de Proteção Individual - E.P.I.	Avental de PVC	Calçado de Segurança	Luvas de PVC	Toucas descartáveis	Luvas altas temperaturas	Luvas de Borracha	Luvas de Latex	Máscaras descartáveis	Uniforme
Auxiliar de Lavanderia Hospitalar	O	O	O	O	O	O	O	O	O

E – Eventual O – Obrigatório

10 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Norma NBR 10152: Níveis de ruído para conforto acústico**. Rio de Janeiro, 1987. 4 p.

BENATTI, M.C.C. **Acidente do trabalho em um hospital universitário: um estudo sobre a ocorrência e os fatores de risco entre trabalhadores de enfermagem**. São Paulo, 1997.239 p. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.

BRASIL. Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 – **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**. Segurança e Medicina do Trabalho, 49ª edição, São Paulo, 2001

BRASIL. Portaria 3.214 de 8 de junho de 1978. **Normas Regulamentadoras. Segurança e Medicina do Trabalho**, 49ª edição, São Paulo, 2001. pp. 20-421

05/06/2025, 09:43SEI/RO - 0049701606 - Laudo

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Saúde. Departamento de Normas Técnicas. **Normas para Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde**. Brasília, 1995. p. 140.

MALTA, C. G. T. **Vade Mecum Legal Do Perito De Insalubridade E Periculosidade** – Editora Ltr, São Paulo. 2000.

NORMA de Higiene Ocupacional 01-NHO 01-. Avaliação da Exposição Ocupacional ao Ruído - FUNDACENTRO -Ministério do Trabalho. 2001. 41 p.

NORMAS regulamentadora de segurança e saúde no trabalho NR-15: atividades e operações insalubres. Brasília, 1990.

RAMAZZINI, B. **As doenças dos trabalhadores**. Tradução brasileira do “De morbis artificum diatriba” por ESTRELA, R. São Paulo: FUNDACENTRO, 1985. 180p.

SALIBA, T. M; et al. Higiene do Trabalho e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). 3. ed. São Paulo. Ed. LTr. 2002.

SHERIQUE, J. **APRENDA A FAZER – PPRA / PCMAT/ MRA** – Editora Ltr, São Paulo. 2002.

Porto Velho, 13 de junho de 2024.

ALLAN ROBERT RAMALHO MORAIS
Coordenador de Saúde e Segurança do Trabalho
Engenheiro de Seg. do Trabalho
SESMT/SESAU

EBERSON ANSCHAU
Gerente de Saúde e Segurança do Trabalho
Engenheiro de Seg. do Trabalho
SESMT/SESAU



Documento assinado eletronicamente por **Allan Robert Ramalho Moraes, Coordenador(a)**, em 14/06/2024, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eberson Anschau, Gerente**, em 14/06/2024, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0049701606** e o código CRC **B4866F94**.